

# A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E A REALIDADE DO ENSINO<sup>1</sup>

Déa Ribeiro Fenelon

Tratar deste tema não é novidade pra mim. Tenho falado bastante sobre isto, ultimamente. No encontro dos Alunos de História, no XI Simpósio da ANPUH, na Paraíba e em outras oportunidades. Há, portanto, a certeza de estar a me repetir em vários ângulos do problema, que afinal é de certa forma delimitado, mas ainda assim considero válidas muitas destas observações, além de gostar de aproveitar todas as oportunidades que se me apresentam para refletir em conjunto, com profissionais e alunos de História, sobre o trabalho que fazemos na Universidade, formadores que somos destes profissionais de História.

- Que perspectivas estamos transmitindo a eles?
- De que concepções estamos falando quando se considera o seu futuro desempenho profissional no ensino de 1º e 2º graus?
- E que dizer do ensino e da pesquisa na própria Universidade?
- Que diálogo estabelecemos com nossos alunos em relação às posições e experiências sociais vivenciadas por todos nós?
- De que realidade estamos falando quando dizemos que a História é importante porque nos ensina analisar a realidade para podermos transformá-la?

Dentro destas indagações o eixo de minhas preocupações na tentativa de contribuir para a superação do círculo vicioso a que nos levou a prática de uma política educacional, que exprime e consolida uma determinada estrutura de dominação social, passa por nossas concepções de ciência, de saber, de produção do conhecimento, de nossa posição social, de nossa situação enquanto “fazedores de História” em todos os sentidos.

Não tenho dúvida de que para fazer avançar qualquer proposta concreta como professores de História ou formadores de profissionais de História temos de assumir a responsabilidade social e política com o momento vivido. Para isso seria necessário antes de mais nada romper com uma maneira tradicional

---

1 Conferência pronunciada no XI Simpósio Nacional da ANPUH, em João Pessoa – PB, em julho de 1981. Agradecemos a autorização de publicação ao Conselho Editorial da Revista Projeto História da PUC-SP, onde este artigo foi publicado pela primeira vez em 1982.

de conceber conhecimento, sua produção e sua transmissão. Isto significa, para mim, em primeiro lugar, o posicionamento no presente, para sermos coerentes com a postura de “sujeitos da História”. Se queremos avançar nesta perspectiva temos de nos considerar como “produtores” nesta sociedade que queremos democrática e não como simples repetidores e reprodutores de concepções ultrapassadas.

E o que significariam estas concepções que considero tradicionais?

Começemos por lembrar que no quadro atual da organização e da divisão do trabalho intelectual a posição que ocupa a História exprime uma hierarquia e uma classificação das ciências correspondentes a uma concepção de saber/conhecimento, legitimadora da divisão social em compartimentos estanques. Caberia a História, dentro deste quadro – o estudo do passado. Estabelecendo uma primeira crítica, diríamos que esta maneira de organizar o pensamento e a ciência realizou no nível de abstração, a separação daquilo que para nós é indivisível e complexo, ou seja, a totalidade do social, dificultando ainda mais sua forma de apreensão, a pretexto mesmo de conhece-la melhor, de facilitar a apreensão do real.

Tal concepção de ciência domina grande parte de nosso mundo acadêmico, ainda que muitas vezes revestida de novas formas e negando suas origens positivas e cientificistas. Não nos esqueçamos, entretanto, de que ela exprime uma determinada realidade social, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com todas as modificações e transformações da sociedade industrial européia e ocidental. A partir desta visão deu-se reconhecimento científico a uma separação entre trabalho intelectual e manual surgida do próprio avanço do capitalismo. Desenvolveu-se o método científico, fortaleceram-se as instituições acadêmicas e a partir desta perspectiva pode-se reconhecer características de uma produção de conhecimento inteiramente dissociada da realidade social.

Nesta produção, a existência concreta, a base real e material sobre a qual se constrói o todo social não aparece. O conhecimento não é visto como uma atividade social e a ciência assim produzida torna-se autônoma, mesmo porque acaba sendo fruto de um esforço de reafirmação da neutralidade e da isenção de pressupostos ou de concepções, que de acordo com seus adeptos somente atrapalhariam a compreensão do real. Ainda que contestada, revista, reformulada esta concepção busca sua hegemonia na maneira de fazer e produzir a ciência e, muitas vezes, consegue se manter, principalmente na Universidade e em especial em nossa disciplina, a História. Além disso, ela não se submete e nem aceita críticas, porque analisar as determinações sociais seria reconhecer e introduzir elementos estranhos e acessórios a própria ciência, negando portanto a base de seu trabalho.

A partir de tudo isto, parece que o resultado desta produção conduz a uma visão empiricista e fragmentada do social e ainda que buscando sua

organização conceitual, seguindo regras metodológicas e usando técnicas as mais sofisticadas, acaba propondo em verdade novas subdivisões do social em político, econômico, cultural, etc. Para isto o trabalho do cientista se resume em investigar a realidade a partir de modelos de análise, em juntar os fatos acontecidos e estes são sempre irrefutáveis porque comprovados pelos documentos, consiste em organizá-los cronologicamente ou em torno de conceitos e aí está pronta a ciência, no nosso caso, a História.

Muitas vezes, nem mesmo se questiona o caráter das próprias fontes utilizadas tão preocupados estão os historiadores em comprovar sua fidedignidade. Não se apercebem de que a própria organização dos documentos e das fontes preservadas, guarda em si a marca de uma visão já definida do processo, quase sempre a do dominador. Fragmentando o todo social e propondo uma ciência que ao final deve ser objetiva e neutra, desprovida de pressupostos, concepções e teorias, busca-se a verdade absoluta que será conseguida pela soma das produções cumulativas de gerações fiéis a tal tradição.

Entretanto, na atividade prática do historiador “tudo começa como o gesto de selecionar, reunir e transformar em documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Na verdade, a tarefa do historiador é a de produzir tais documentos, pelo próprio fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e estatuto. O historiador, portanto, não recolhe apenas os dados, ele constitui e é ele quem dá vida ao fato histórico, definindo sua importância e organizando-o de acordo com seu sistema de referências. Nesse sentido, Schaff já salientou com bastante precisão a inevitável precedência da teoria ao fato histórico.

Se aceitamos então essa dissociação referida acima entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no “lugar social” de onde falam os cientistas:

“Dessa relação entre uma instituição social e a definição de um saber surge a personalidade notável... justamente com o que se denominou a “despolitização” dos sábios, sendo necessário entender-se por isso não um exílio fora da sociedade, mas a fundação de uma sociedade onde as instituições políticas eruditas e eclesiásticas se especializam reciprocamente, não uma ausência, mas um lugar particular numa redistribuição do espaço social”<sup>2</sup>.

E assim a ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada

---

2 Michel de CERTEAU, “A Operação histórica”, in Jacques LE GOFF, **História: novos problemas**, p.27.

dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe determina o permitido e o interdito. O Historiador se julga distanciado do social, concretizando assim a distorção entre o fazer e o escrever a História. O conhecimento é visto como algo passivo, despolitizado e sempre intelectualizado, e a História que se produz dentro destes limites institucionais com esta perspectiva, não consegue mais do que formar profissionais que serão os reprodutores destas concepções, perspectivas, informações, saber, etc. Dentro da lógica do sistema e da política educacional é isto o que se separa da Universidade, haja vista as experiências que vivemos a respeito de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, etc. O que realmente se quer é a formação do profissional, sobretudo o professor como o “vulgarizador” do conhecimento, que portanto não precisa aprofundar ou aprender a refletir historicamente.

De fato, dissociado da prática, o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa destinada a desenvolver nos alunos o mito da “memória nacional”, com seus ritos e maniqueísmos de violões e heróis.

Daí minhas indagações sobre o profissional que formamos.

Vejam pois como funcionam, no geral, nossos Departamentos de História. Na sua maioria são bastantes atomizados reunindo quando muito áreas de estudo onde se congregam disciplinas afins, ainda submetidas à direção de um professor titular ou responsável, que na prática assume as antigas funções de professor catedrático. Quando não é esta a organização, ou se busca a articulação das disciplinas de um mesmo semestre letivo, ou as chamadas reuniões gerais para integração dos conteúdos das várias disciplinas e distribuição da carga horária e a atribuição dos professores. Estas reuniões acabam por se tornar mais um ato de formalismo acadêmico, onde tudo se discute, mas também tudo se aceita em nome do respeito à autonomia do professor. Em alguns departamentos existem também uma tendência ao exagero formal da organização didática, que pressupõe definição de objetivos muito bem articulados, conteúdos apropriados, critérios de avaliação, etc. Só que, às vezes, como camisa de força, ou então como simples cumprimento de formalidades burocráticas do preenchimento de formulários onde estes itens são apresentados. Daí a didática se torna estatística, não indaga a realidade dos alunos com os quais vai lidar, mesmo porque na maioria das vezes os planos são feitos sem a presença dos alunos.

No final, em todas estas formas de organização departamental muito pouco se trata da discussão do essencial – que tipo de profissional queremos formar, como encaramos esta formação, que objetivos devemos definir para alcançar este propósito? De alguma forma, em muitos de nossos Cursos estas questões parecem já estar resolvidas e o que resta é apenas “adequar” disciplinas, articular conteúdos, discutir programas.

Podemos dizer mesmo que a maioria de nossos Cursos de História é livresco, no sentido de que a História que transmitimos é a informação que está nos manuais, consagrados o mito da palavra escrita e a confusão entre a historiografia e o processo histórico acontecido. As discussões sobre os aspectos metodológicos e teóricos são reservados aos Cursos de Introdução, Metodologia e a Teoria ou Historiografia, quando existem nos currículos e os professores de outras disciplinas estão eximidos de discussão metodológica, pois isto é assunto de disciplina específica e seria até considerado “invasão de área”. Eles são assim os professores da “História propriamente dita”, ou seja, lidam com o processo histórico, só que cada um à sua maneira, sem realizar o diálogo ou esclarecimento sobre o sentido e o significado de sua posição, do direcionamento de seu curso para tal abordagem e não outra. Isto é deixado para os alunos perceberem como se estivéssemos lidando com um tipo ideal de aluno.

E ainda mais, nossos cursos quase nunca recorrem à prática de investigação. Através dela se poderia aprender, sobretudo, a problematizar e a questionar não apenas a historiografia no sentido da produção intelectual, mas também a própria realidade concreta que nos rodeia, numa prática mais sadia de ensinar a praticar a própria disciplina, olhando em volta, tentando mostrar uma História viva, que permita aos alunos sua própria identificação social. Ao invés disto, estamos simplesmente formando reprodutores de uma ciência já pronta e acabada sem nenhum referencial teórico ou metodológico, se não aquele das teorias já cristalizadas e estáticas. Com isto se perde o sentido do dinamismo da História e se impede qualquer perspectiva de compreensão da possibilidade de mudança e da situação do historiador também como agente do processo, capaz de agir sobre ele e transforma-lo.

Sendo que um resultado desta formação é fácil constatar que o profissional do ensino de História, o recém-formado, tendo de enfrentar a realidade de uma sala de aula com 40/50 alunos, 30/40 horas semanais e péssimas condições de infra-estrutura, para não falar do desincentivo da remuneração aviltante, na maioria das vezes se sente perdido, não sabe o que vai fazer. Passou 4 anos estudando a sua disciplina e de repente se vê perplexo diante da realidade. Quase sempre não tem mesmo segurança nem sobre sua própria concepção de História, de ensino e na confusão tenta reproduzir o que aprendeu com a intenção de fazê-lo o melhor possível. Sente-se perdido até mesmo quanto aos critérios de escolha do livro didático a ser adotado, dentre a profusão de novos lançamentos com visuais modernos e conteúdos antiquados.

Sente-se culpado, sua formação ainda é deficiente, precisa estudar mais, ir para a Pós-Graduação ou para um curso de especialização e reciclagem... E o círculo se completa pois a única segurança que lhe foi transmitida é a do mito do saber, da cultura, dos dogmas da ciência, que estão nos livros, na

academia. Ao impacto do enfrentar o mercado de trabalho com todas as suas complexidades e todos os seus desgastantes problemas estruturais, se junta à insegurança intelectual da falta do conhecimento, da inibição para qualquer proposta alternativa, porque fora dos padrões a ele impostos como científicos.

Sua perplexidade vem também do distanciamento entre as propostas de ensino de História que ele mesmo recebeu na Universidade e a realidade da formação dos alunos com os quais tem de lidar. Quando entrou na Universidade foi-lhe demonstrado, pela via das reclamações constantes, todas as deficiências de sua formação: não sabe estudar, não sabe pensar, não sabe tirar o essencial de uma leitura, não articula o pensamento, não está acostumado ao diálogo, etc. Entretanto, a maioria das propostas de Curso durante os seus anos universitários não levava em conta estas deficiências. Na verdade, os planejamentos são quase sempre expressão daquilo que se considera ser um curso de bom nível universitário, sem nenhuma consideração quanto ao para quem se destinam. E dependendo do professor e sua concepção de História o aluno acabará recebendo, ou uma formação voltada para a exclusividade do factual empiricista, ou para o abstrato da teorização muitas vezes excessiva. Nenhuma mediação entre estas propostas e a formação anterior. Quando já professor, formado nesta colcha de retalhos, volta ao ensino de 1º e 2º graus e não consegue se identificar quanto aos caminhos a serem percorridos e muitas vezes repete o erro de sua formação: começa a pensar nos alunos ideais, na escola ideal, etc. Professores universitários e professores do 1º e 2º graus unem-se então para reclamar do nível dos alunos, cada vez mais baixo, sem perceber que são suas propostas que estão extremamente fora da realidade, não apresentam nenhum interesse específico a não ser o grau de dificuldade. E é preciso lembrar que qualquer que seja o nível dos alunos dentro da sala de aula é com eles que temos de lidar.

Quero também esclarecer que não estou discutindo as técnicas e os problemas mais especificamente da didática da História, não porque os considere menos importantes, mas porque minha preocupação neste momento se volta mais para o conteúdo da História que estamos ensinando, a concepção da História com a qual estamos trabalhando e que se exprime nos resultados de nosso trabalho, quaisquer que sejam as técnicas e os recursos didáticos utilizados.

Antes de abordar o problema por este ângulo quero explicitar posição de que não ignoro os efeitos de uma política educacional que atinge não apenas a área de História, mas mais especificamente toda a área de Ciências Humanas. É evidente que não podemos ignorar os resultados de um ensino planejado para corresponder às necessidades de reprodução do sistema capitalista em que vivemos, interessado mais em consagrar situações existentes ou formar elementos aptos a lidar com tecnologias já dadas, sem nenhuma

capacidade criadora, que não se preocupa com o necessário incentivo e estímulo à pesquisa nas áreas básicas. Por todas estas razões faz das Ciências Humanas o instrumento da reprodução ideológica do sistema. Daí a História oficial, o controle dos programas, a diminuição das aulas ao estritamente necessários, desdobramento da História em Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização social e Política do Brasil. Se das Ciências Exatas se espera a formação de profissionais destinado ao controle da produção, das Ciências Humanas se espera a formação de profissionais para a reprodução ideológica dos valores dominantes.

Daí também uma legislação muitas vezes casuística, na medida das necessidades de momento e que depois não sabe como lidar com os resultados destas medidas: haja vista que o caso gritante dos Cursos de Estudos Sociais criados com determinados fins políticos de esvaziamento das disciplinas consideradas "perigosas", incentivados por alguns anos e que diante da pressão vinda da Universidade e da ineficácia da medida, estão a desaparecer e o governo não consegue resolver nem mesmo o problema daqueles que embarcaram na ilusão de um diploma mais rápido e mais fácil e agora precisam lutar na Justiça para garantir seu espaço no magistério.

Ou, por outro lado, o incentivo dado à escola superior privada em um determinado momento como forma de instituir o ensino pago, sem nenhum planejamento adequado à realidade, vendo-se agora a enfrentar o problema de milhares de profissionais com diploma na mão sem saber o que fazer no mercado de trabalho. O sistema particular de ensino que não se propõe a ser simplesmente a fábrica de diplomas, em que se transformam algumas escolas e procurou desenvolver um ensino mais conseqüente se vê a braços com sérias crises financeiras, enquanto os que optaram pela comercialização do ensino, obtêm lucros extraordinários, com cursos medíocres e salas abarrotadas, explorando alunos e professores ao mesmo tempo.

Além disso, as questões práticas de ausência de recursos para o trabalho didático, a carga horária excessiva para os professores e reduzida para a disciplina histórica, a falta de articulação de um Plano de Ensino, a questão da remuneração que obriga o professor a se desdobrar em um grande número de tarefas, reduzindo sua capacidade criadora de renovação, além da dificuldade de lidar com livros didáticos, são fatores que estão presentes em nossas reflexões. De qualquer maneira o que desejo reafirmar é o fato de que nossa luta por um tipo diferente de ensino estará sempre marcada e circunscrita por este quadro e se nos decidirmos a nos lançar a ela, isto significa, sobretudo, considerar que estes são os dados da realidade, estas são as condições objetivas com as quais teremos de lidar e é dentro dela que devemos delinear nossa tarefa. Basicamente estamos discutindo o que estamos fazendo com o ensino da História dentro de todas estas limitações.

Partimos em nossas observações sobre o ensino da História dos resultados obtidos nas correções de provas ao longo de todos estes anos. Não se trata de realizar análises quantitativas de acertos e erro ou mesmo de avaliar o nível de alunos e professores. Trata-se, isto sim, de procurar identificar algumas linhas, alguns traços gerais que nos permitam detectar a concepção de História que estamos transmitindo aos nossos alunos da Universidade e que eles como futuros professores vão passar a seus alunos. Estamos assim, de certa forma avaliando os resultados de nosso próprio trabalho na Universidade.

Uma primeira observação de caráter geral: o que se constata é na maioria das vezes a inadequação das respostas em relação ao que se pergunta. As generalizações são amplas, há sempre uma história a contar, qualquer que seja a pergunta, o que pode ser atribuído ao vício de não deixar respostas em branco ou a orientação dos cursinhos para que sempre se tente escrever algo na tentativa de conseguir alguns pontos a mais, ainda que na base de enrolação. Assim, o que se observa é a completa desarticulação de idéias, fragmentadas em frases soltas a respeito de tudo que sabem de História, sem nenhuma consideração pela especificidade da pergunta.

Desta maneira, o conhecimento do episódio e do factual existe e parece sempre, até mesmo quando não solicitado. Ou, por outro, à simples menção de alguns fatos ainda que o que se solicite seja a relação possível a ser estabelecida entre eles e não os acontecimentos que sucederam, e aí que se desenvolvem as respostas, demonstrando uma capacidade de discorrer sobre os fatos, às vezes, bastante minuciosa e precisa com referência ao extraordinário, ao episódio e até ao anedótico. São raros os casos em que se consegue estabelecer entre os fatos mencionados alguma relação conceitual e compreensiva.

Neste particular, é preciso dizer que, na maioria das vezes, a única relação possível que os alunos conseguem estabelecer entre os fatos históricos é a de causa e consequência, sem nenhuma percepção de relações ou mediações. O acontecimento torna-se causa e consequência de outro, separando-se os aspectos sociais dos econômicos e valorizando-se sobremaneira o fato político, entendido como deflagrados do processo vivido. Sendo o fato político o mais importante, cria-se em decorrência o personagem que a realizou, decidiu ou optou e daí se passa aos heróis, aos grandes vultos, como os reais personagens de História, vista também como uma sucessão linear e mecânica de acontecimentos e personagens.

Mas há problemas bem mais sérios na linha do que estamos tentando levantar aqui: que tipo de História estamos transmitindo aos nossos alunos? A que aparece nas respostas e nas concepções explicitadas no discurso de alunos e professores é uma acentuada visão da História, onde se destacam as figuras, os indivíduos, os acontecimentos de cunho político, as grandes decisões de governantes, a partir dos quais se constrói uma visão da História, de exaltação



do mais forte e do vencedor. Daí, é apenas um passo para a visão maniqueísta de vilão x herói, representando o mal e o bem.

Desta maneira, a expressão desta concepção aparece, por exemplo, vendo o processo de colonização com a origem de todos os males, do atraso econômico. Portugal torna-se responsável por todas as maldades contra os brasileiros sempre representados como intrépidos filhos do solo pátrio a lutar contra o jugo da metrópole e sempre decididos a tornar o Brasil dono de seu destino. Tudo em um processo linear, carregados de tonalidades de heroísmo e atos de maldade, sempre por decisões incorretas da metrópole. Como se separa a visão do econômico e do político das outras esferas de constituição do social, as contradições e as incoerências aparecem, quando pelo lado da formação da chamada etnia brasileira, se valoriza acentuadamente aquilo que portugueses criaram de democracia racial dentro do território brasileiro. Aí, então, os hábitos, a língua, a incorporação de costumes negros e indígenas é apresentado como exemplo da maneira sábia como os portugueses souberam conduzir a colonização dos trópicos.

Nesta mesma linha de contradições, veja-se a maneira como é abordada a questão do negro. Sem falar da maneira como se utiliza os maus tratos aos escravos como exemplo da maldade dos senhores de engenho, a escravidão é sempre equacionada com maldade, atraso, mancha de nossa cultura legada pelos portugueses. Em contraposição à introdução do imigrante europeu como solução para o problema da força de trabalho, principalmente para os cafeicultores, e é, por sua vez, apresentada como inovadora, introdutora de novas técnicas de trabalho, de novos hábitos sociais, o imigrante sempre visto como portador de cultura de idéias e, portanto, de progresso. E assim, o trabalho livre se transforma na medida da recuperação moral da consciência dos brasileiros, humilhados por serem ainda dos poucos países do mundo a conservarem a escravidão como modo de exploração do trabalho. Importante ressaltar que este tipo de visão é quase a transcrição literal dos discursos dos agentes daquele momento da história brasileira. A classe dominante justificando seus erros e suas necessidades com argumentos ideológicos, desprovidos de sentido histórico real e que se transforma na história oficial que nossos alunos repetem e transcrevem, já na segunda metade do século XX.

Embutida nesta concepção, aparece como traço dominante a idéia de progresso constante e linear que pressupõe um destino final, sempre glorioso, para o qual avançamos, todos os brasileiros unidos, vencendo os obstáculos que se nos antepõem no caminho. Este vencer os obstáculos se coaduna com a visão heróica acentuada anteriormente e daí surgirem os fatos notáveis, as figuras proeminentes, os heróis, enfim.

Mais interessante é assinalar que dentro desta visão surgem algumas tentativas de interpretação do processo histórico à base dos fatos enunciados e ressaltando-se que, estas são as melhores respostas no conjunto de alunos

e professores, elas aparecem com um acentuado colorido nacionalista de exaltação e ufanismo e do sentimento nacional que justifica todos os problemas e dificuldades como causadas inicialmente pelos males do colonialismo e posteriormente pelo imperialismo, inglês a princípio, norte-americano depois. Nesta visão, acomodam-se, então, plenamente os ideais de um passado sem conflitos internos, sem exploração e onde todas as contradições são sempre causadas pelo fator externo, o “monstro do imperialismo”, que está sempre disposto a nos impedir de sermos desenvolvidos. Os maiores problemas vêm sempre de fora, a atrapalhar nosso desenvolvimento harmônico, que internamente seria possível acelerar. Ainda que apareçam esporadicamente, as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência, estas são sempre tratadas de maneira a conduzir ao vício da oposição nacionalismo x imperialismo.

E esta visão de uma História, sem derramamento de sangue, sem conflitos ou contradições extremadas, procurando sempre colocar a viabilidade do ideal de uma sociedade harmônica, com oportunidades iguais para todos, mascara as verdadeiras contradições do social e obscurece a própria noção de processo histórico, formado de avanços e recuos, dependendo da correlação de forças em cada momento de sua constituição enquanto processo. Fico me perguntando, às vezes, se a História que estamos transmitindo não carrega, até com mais eficiência, os pressupostos que tanto criticamos na Educação Moral e Cívica.

Visto o processo com a ênfase assinalada, desaparece a articulação do Brasil com o resto do mundo. É uma nação, uma entidade isolada, lutando para crescer em posição ao mundo inteiro, que só quer o seu atraso. Não se compreende bem a realidade mundial e muito menos o lugar do Brasil dentro dela, sempre encarado como pobre vítima do imperialismo e destinado a futuro glorioso, se não fosse o colonizador e o imperialismo.

Poderíamos ainda extrapolar mais e falar de como, quase sempre, as noções de tempo e espaço aparecem de forma confusa e são as mais precárias possíveis. Não é difícil imaginar os absurdos que surgem nas respostas, na tentativa de justificar questões mais abrangentes, ou que se solicita o relacionamento de processos acontecidos em concomitância com os do Brasil, tudo isto como resultado de uma visão mecanicista e linear que transforma a história em um decorar de datas, acontecimentos, personagens, etc., não conseguindo transmitir nem mesmo a noção de processo, fala-se de uma História morta, na qual as pessoas não se reconhecem e nem se identificam e o passado é apenas uma “memória nacional” a ser exaltada. Tudo no abstrato, porque inteiramente desprovido de qualquer articulação com a vigência das pessoas, dos alunos, etc.

E por último a mais importante das constatações. É fato que a maioria de nossos alunos não consegue reconhecer a historiografia enquanto produção

intelectual do conhecimento, como realizada sob determinados e diferenciados condicionamentos sociais, portadora, portanto, de concepções e visões diversas sobre a realidade social sobre a qual se debruçam os historiadores quando escolhem seu objeto de análise. Na verdade, acabam por confundi-la com o que passam a considerar como o “verdadeiro processo histórico”, realizando uma perfeita simbiose entre o processo real vivido e aquilo que se busca conhecer dele, sem atentarem para as características da produção científica e seus condicionamentos.

Colocados diante de questões que perdem a discussão de concepções diversas, sobre determinados períodos ou acontecimentos – como a Revolução de 1930, ou a própria concepção de Capitalismo – passa a discorrer sobre os fatos ou acontecimentos relativos a estas questões, sem atentarem que estavam exprimindo, muitas vezes, versões contraditórias provenientes de matrizes metodológicas diversas, até mesmo no próprio conceito sobre a produção científica.

Não é difícil perceber a confusão que reina na maioria destas respostas. Os alunos conseguem repetir e reproduzir os livros em que estudaram, sugeridos até por uma bibliografia dada, porque esta é sua formação sobre o que é a ciência, ou seja, aquilo que está nos livros. Entretanto, não conseguem estabelecer com esta bibliografia nenhuma relação crítica, metodológica, para não dizer da pouca relação que estabelecem com o conteúdo da pergunta. Os exemplos e as confusões são gritantes, Pirenne, Weber e Dobb são citados numa mesma linha para discorrer longamente sobre as divisões do Capitalismo em comercial, industrial e financeiro, com detalhes sobre a passagem de uma fase a outra, com argumentos ora de um ora de outro autor, realizando uma “salada metodológica” e sem conseguir responder à questão que na verdade solicitava apenas que se identificasse duas concepções de capitalismo e os argumentos de cada uma delas.

Não é difícil reconhecer nestes resultados os efeitos e os sintomas da proclamada separação entre ensino e pesquisa, a que nos referimos, e que teoricamente reconhecemos como perniciosa, mas que em nossa prática acaba por se concretizar como linha de trabalho, mesmo porque não se tem muita clareza do que seja o treinamento para a investigação. Grande parte de nossos alunos são formados em História, mas não são capazes de elaborar uma problemática de pesquisa. Tiveram contatos mínimos com qualquer tipo de documentação e não aprenderam a trabalhar com ela, raramente freqüentaram qualquer tipo de arquivo ou foram em busca de outras fontes de investigação, aprendendo a questioná-las na forma como aparecem ou foram encobertas, no conteúdo do que dizem, na situação de testemunho de que são origem. Isto não se faz, em verdade, porque a maioria dos professores, muitas vezes, jamais realizou este tipo de trabalho e tem sobre sua tarefa de ensinar uma concepção que não difere da idéia de repassador de conhecimento e de informações.

Por outro lado, alguns historiadores, que se preocupam com a teoria e método de sua ciência, vêm primando por uma extrema utilização das abstrações como forma de pensar historicamente, desprezando o empírico e o concreto como tarefa menor e fundamentando sua reflexão e análise em informações de segunda mão, sem questionar suas origens. O excesso talvez em evitar o factual, de um arrolar de fatos ordenados cronologicamente, não levará nunca à possibilidade de uma interpretação que consiga recuperar as articulações e as mediações do processo histórico, estão nos conduzindo a um impasse, muitas vezes, de difícil superação: parece que criamos uma barreira que dificulta a aproximação do material empírico, ou a prática de investigação meticulosa.

Se algumas concepções ou definições de outros cientistas sociais conceituam o trabalho do historiador como sendo simplesmente a recuperação do empírico e com isto pretendem reduzir nosso ofício a mero coletor de dados, que as outras ciências sociais irão interpretar, isto não nos deve conduzir ao extremo de rejeitar a tarefa como menor, inferior, ou de menos importância. O que é preciso distinguir, mas também concretizar é que não se trata de simplesmente reconstituir o empírico. O trabalho do historiador comporta sim um trabalho que não pode e nem deve ser superficial ou de segunda mão, mas uma verdadeira penetração direta na matéria histórica.

Para compreendermos e fazer compreender o que é ser historiador é preciso recuperar também o próprio sentido de uma concepção global das ciências da sociedade. O enfoque diverso, ou a abordagem de ângulo diferenciado, não exprime nenhum pesquisador ou cientista social do abandono do processo concreto e antecipado para fundamentar suas análises. Ou corremos o risco de fundamentar e elaborar nossa produção sobre reflexões abstratas que não contribuirão para o esclarecimento do concreto e do processo histórico.

Precisamos, entretanto, refletir um pouco além destas constatações. Esta nova maneira de lidar com a História, esta dificuldade de articular teoria e prática, não serão resultado de uma existência inteiramente dissociadas da teoria e do método que alardeamos e ensinamos? Teoricamente concebemos a História, enquanto conhecimento, como um processo de interação entre teoria e prática, ou seja, o indivíduo que busca conhecer o processo histórico está ao mesmo tempo fazendo a História do presente, e quando o faz a partir de um condicionamento que é dado socialmente, isto é, formação, posições, conceitos, pressupostos são frutos de uma concepção sobre a realidade. Na prática, entretanto, creio que transmitimos, certamente porque é o nosso cotidiano, e a nossa existência, uma concepção de História que busca verdades absolutas, que precisava discutir e assimilar todo o conhecimento livresco já produzido, que precisava estar em dia com todos os modismos de além-mar,

que precisava se encadear logicamente para ser “científica” e com isto acabamos nos distanciando cada vez mais de nossa realidade e do concreto que buscamos conhecer, entrando em contradição flagrante com a teoria e o método que abstratamente ou apenas do ponto de vista intelectual, dizemos adotar em nosso trabalho de profissionais da História.

Na verdade porque esta é a nossa prática, não conseguimos avançar no conhecimento do concreto. Vivemos no mundo dos livros e da bibliografia ou então dos papéis velhos e dos arquivos, nos esquecemos que a História se faz a todo o tempo e apesar de nós, também. Pouco se consegue com esta postura porque nos mostramos incapazes de abandonar uma perspectiva de classe. Fazemos a crítica, mas não caminhamos muito no processo de conhecimento, porque dissociamos nossa existência do mundo que nos rodeia, não queremos lidar com a realidade, participar dela, identificar-se com ela e vivê-la. Ao contrário disto nós encastelamos no lugar social da ciência e de lá queremos falar como doutores em nossa disciplina.

Desta maneira a história que ensinamos está pronta e acabada, cheia de verdades absolutas e de dogmas tradicionais e rançosos, porque na verdade para a maioria a concepção de História é esta mesma de um passado morto. Raramente o aluno é colocado diante do problema de tentar conduzir qualquer investigação, raramente aprende a fazer ciência, a fazer História - e fazer História significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação, aprende a reconhecer seus próprios condicionamentos sociais e sua posição como agente e sujeito da História. O saber é transmitido como já resolvido, simplificado aos manuais, e certamente rotulado e transformado em saber cristalizado, que no máximo pode ser superado, daí a constante necessidade de reciclagem e atualização, mas que nunca é questionado em seu próprio contexto, em sua contemporaneidade de produção, donde se poderia mostrar o que se pode fazer da ciência que produzimos, e como também participar da sociedade em que vivemos.

Por isto estamos insistindo na necessidade de não apenas valorizar, mas realmente começarmos a realizar a pesquisa e a produção, desde o curso de graduação e de todos os níveis de ensino. Não simplesmente coletar dados ou arranjá-los cronologicamente, mas o contato direto com as fontes, a problematização do concreto, o necessário posicionamento no presente, a busca de compreensão crítica de nosso passado, sem falsos dilantismos ou simples prazer de erudição. E esta tarefa não entendemos como restrita à formação do pesquisador com suas sofisticações de tarefa maior que o ensino. O verdadeiro ensino sempre pressupõe pesquisa e descobertas. Queremos um profissional de História no qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar, porque para nós a História é uma experiência que deve ser também concretizada no cotidiano, porque é a partir dela que construiremos o hoje e o futuro.